

Políticas de Segurança Pública e o impacto das “secas da maconha” na saúde dos consumidores durante a pandemia do SARS-CoV-2

Monique Prado¹

Resumo:

O isolamento social devido a pandemia do SARS-CoV-2 impôs uma nova dinâmica ao consumo de substâncias psicoativas legais e ilegais. Essa pesquisa busca compreender esse cenário por meio de uma etnografia virtual e da análise de jornais sobre o fenômeno das “secas da maconha”, que muitos afirmam ser motivados por operações policiais em que ocorrem erradicações de cultivos. O objetivo é analisar como a escassez da planta durante o período de isolamento social impacta a saúde dos consumidores e quais são as explicações que especialistas e internautas acreditam motivar “as secas”, além disso, buscarei comparar a realidade brasileira com a de países em que o consumo é regulamentado.

Palavras Chaves: maconha; desabastecimento; segurança pública; isolamento social.

Abstract:

Social distancing related to SARS-Cov-19 pandemic has imposed a new dynamic to legal and illegal psychoactive substances consumption. This research seeks to understand this scenario through a virtual ethnography and the analysis of the phenomenon of “marijuana droughts” on newspapers, which many claim to be motivated by police operations, where marijuana culture eradication happens. The objective is to analyse how the shortage of Marijuana during the period of social distance affects the health of consumers and what explanation experts and users believe are the reason to the “droughts”. In addition, I will compare the brazilian reality with the countries where the consumption is regulated

Key Words: *marijuana; shortages; public security; social distance.*

Introdução

Desde o final do ano de 2019, muitos consumidores brasileiros relatam a queda na qualidade, aumento no preço e dificuldade para obter a maconha, paralelamente, matérias de jornais destacam o aumento nas apreensões e erradicações da planta. Nas redes sociais, alguns consumidores acreditam que o problema teve relação com as

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO/UFJF).

entressafras do cultivo e outros que possui relação com o aumento das apreensões da erva e erradicações dos plantios executados pelos órgãos de segurança pública. Já em veículos de informação, ativistas entrevistados afirmam que com a escassez, em algumas regiões, a planta vem sendo substituída por outras substâncias mais nocivas à saúde.

A partir da análise de jornais on-line e da realização de uma etnografia virtual, descrevo como consumidores vêm tendo acesso à maconha durante a pandemia do SARS-CoV-2 em duas realidades distintas, em países que já a regulamentaram de forma ampla e, no Brasil, onde o uso da planta é permitido apenas para finalidades terapêuticas e cujo comércio ilegal é combatido repressivamente.

Também serão apresentados os possíveis motivos para a escassez da erva, no Brasil, e como ela pode impactar a saúde dos consumidores na medida em que o estresse e o mal-estar psicológico causado pelo isolamento social podem estimular o uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, com riscos à saúde.

O que será feito a partir do exame da narrativa e estratégias para superar o problema, que são mobilizados pelos próprios consumidores de maconha, dados que foram coletados no *twitter*, em sites, grupos virtuais, fóruns e páginas da internet voltados à cultura canábica (VERÍSSIMO, 2017). Outro aspecto que será levantado, brevemente, é como os varejistas ilegais de drogas vem desempenhando suas funções durante o período de isolamento social.

Metodologia

A estratégia metodológica utilizada foi a análise de matérias de diferentes jornais em versão *on line* - catalogados no *Cannabis Monitor Brasil*, site que concentra um banco de dados com notícias sobre a maconha - que direta ou indiretamente, abordaram o tema das “secas da maconha” entre janeiro e junho do ano de 2020, período que também concentrou os primeiros meses do isolamento social imposto pela pandemia do SARS-CoV-19, iniciado em março, no Brasil. Sendo as “secas da maconha” uma categoria nativa utilizada por jornalistas e consumidores brasileiros em referência a escassez da planta para venda, ao aumento do seu preço e a diminuição da qualidade.

Paralelamente, acompanhei como a venda legal de maconha foi realizada durante esse período nos países em que o consumo já é regulamentado. A intenção é analisar a abordagem do conteúdo das matérias acerca da venda da maconha nos países em que ela é legalizada e compará-las com as sobre a escassez da erva para a venda, no Brasil, durante o isolamento social. O propósito foi o de confrontar as informações das reportagens com as exposições dos consumidores brasileiros, em fóruns on-line e redes sociais, sobre como a situação os afeta.

Apesar da construção do artigo ser baseada em diversas fontes, como páginas do site *instagram*, grupos do *whats app* e do *facebook*, irei expor apenas as falas de usuários do *twitter* como exemplos analíticos na primeira sessão. Fundamento essa escolha por duas razões, a primeira é que o *twitter* é um espaço cibernético que segundo a própria empresa é uma: “rede social e um servidor para *microblogging*, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos”. E, por isso, possui como uma de suas principais características a possibilidade de encontrar a perspectiva de milhares de usuários espalhados pelo mundo inteiro em um mesmo site. Além disso, os usuários que possuem contas abertas no *twitter* aceitam, pela política da rede social, que suas postagens são públicas e de acesso universal. Ainda assim, não revelo a identidade dos autores das mensagens citadas neste artigo.

O artigo será dividido em três seções, na primeira, serão apresentadas as representações sociais de consumidores sobre o que causou o fenômeno das “secas da maconha” e como ela afetou a relação com a substância e a saúde, na segunda, informações sobre as apreensões e a destruição de plantios no Brasil e, na terceira, dados sobre a venda da maconha em países onde ela é regulamentada.

Outra forma de compreender essa questão será a análise desses dados em comparação com dois levantamentos sobre o consumo de substâncias durante a pandemia do Covid-19 e o isolamento social no Brasil, um deles, realizado pelo Centro de Convivência *É de Lei* – em parceria com o Grupo de Pesquisas em Toxicologia e do LEIPSI (Laboratório de Estudos Interdisciplinares Sobre Psicoativos) – e o outro, pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). A comparação com essas pesquisas, que entre outros pontos, tentam aferir se houve alterações na frequência dos padrões de consumo e dificuldades para obtenção, ajudará a compreender os impactos do isolamento social para a saúde dos consumidores de drogas.

As representações sociais dos consumidores sobre o fenômeno das “secas da maconha”

Em dezembro de 2019, a “seca” da maconha já era assunto comentado nas redes sociais, fóruns e grupos dedicados a cultura canábica (VERÍSSIMO, 2017). Nesses espaços virtuais, administradores de páginas já criavam conteúdos com o intuito de debater a questão com internautas consumidores de maconha de todas as regiões do país. Em grupos de *whats app* voltados a consumidores do Brasil, por exemplo, o assunto também era destaque, acompanhado por trocas de experiências sobre onde encontrar as melhores flores na versão “prensada” ou de “soltinho”.

Em grupos virtuais de consumidores do Rio de Janeiro, acompanhei a troca de mensagens sobre onde encontrar a melhor maconha em “bocas de fumo”, que são locais dedicados a venda ilegal em favelas cariocas. Já para os maconheiros mais exigentes, circulavam informações em mensagens privadas sobre os melhores contatos para conseguir comprar haxixe ou flores em gramas, com *dealers*, como são chamados os varejistas de drogas que vendem a maconha e outras drogas por entrega a consumidores de classe média, que podem pagar por um produto de melhor qualidade. Uma categoria de varejistas de drogas que Grillo (2008) identificou como os “traficantes da pista”, categoria que era colocada em oposição aos “traficantes do morro”, como também são conhecidas as favelas cariocas.

A maior preocupação que os consumidores compartilhavam, no primeiro mês de 2020, era a proximidade do carnaval, que ocorreu no final de fevereiro, e a possibilidade de uma escassez da substância durante o período festivo, considerado propício para o uso de entorpecentes. O início dessa seção ajuda a elucidar que o problema da escassez da maconha já vem acompanhando brasileiros desde o final do ano de 2019 - especialmente, na região nordeste - mas para fins de análise, o recorte temporal desse artigo será entre janeiro e junho, que também engloba o período do isolamento social imposto pela pandemia do SARS-CoV-2. Durante este período, entre março e abril, houve uma intensificação do problema de abastecimento da maconha, situação que chamou a atenção de pesquisadores, ativistas brasileiros e, principalmente, de consumidores.

Com o problema do desabastecimento da maconha, consumidores que não podiam pagar por uma maconha de melhor qualidade, por meio da compra com *dealers*,

se viram obrigados a consumir a planta prensada com qualidade inferior ou a irem até as bocas de fumo de lugares distantes, expondo-se a maior risco. Nas redes sociais, ativistas e consumidores relatavam que a maconha estava vindo nas endolas ou trouxinhas - onde é armazenada para venda - com uma coloração de verde mais claro que o usual e que as flores estavam escassas, com maior quantidade de galhos e sementes. Essas características indicam que a planta não estava boa para consumo, porque as inflorescências da *Cannabis sativa* L. são as partes da planta que contém maior concentração de canabinoides, por isso, são utilizadas para fumar ou para produzir óleos, tinturas e remédios em geral. A maior consequência dessa má qualidade foi a ausência dos efeitos desejados para os consumidores, especialmente a “onda”, palavra que utilizam para identificar a sensação de relaxamento, felicidade, aumento do apetite e prostração, por outro lado, sentiam efeitos como dor de cabeça e pigarro.

Durante o período analisado, uma polêmica foi gerada nas redes sociais em torno do áudio de um varejista ilegal que deu a seguinte resposta ao seu cliente que reclamou que a maconha comprada estava “marrom, fedorenta e úmida”: “Você é um iniciante de maconha 2020, esse é o prensado da flor roxa molhada no óleo de THC”, frase que acabou virando piada na internet. Outro fato cômico relacionado ao tema, que circulou nas redes sociais, foi o áudio de um consumidor baiano que fez a convocação de uma manifestação em frente a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) em protesto contra as secas da maconha, fato que chegou a ser citado em duas matérias que foram analisadas para elaboração desse artigo.

Olá, rapaziada. Quero convocar todos vocês para segunda-feira, a partir das 8h, estarmos na SSP para falar com o doutor Maurício Barbosa para saber o motivo da seca na nossa cidade. Que tanta apreensão foi essa? (SANTOS; BRITTO, 2020; GALVÃO, 2020).

Já os consumidores com maior poder aquisitivo, observaram um aumento no custo do “frete” cobrado para a entrega, e no valor da própria substância. Por outro lado, a qualidade dos produtos foi mantida, o que pode ser explicado por outro fenômeno, o cultivo da planta em interiores, como armários e quartos de empregadas em apartamentos de classe média, com destinação a venda.

Apesar dos riscos, para tentar driblar a situação do desabastecimento durante a pandemia, alguns consumidores, especialmente, os protegidos por recortes de raça e classe, também começaram a investir nesse tipo de cultivo em interiores, conhecidos

como “grows” do verbo “to grow”, que significa crescer em inglês (VERÍSSIMO, 2017). Além da escassez, outros fatores influenciaram a prática, como o trabalho em *home office*, que possibilitou que pessoas pudessem passar mais tempo em casa e, com isso, se dedicar aos cuidados com uma planta, prática que inclusive beneficiou a saúde mental desses cultivadores, uma vez que a prática os ajudava a relaxar, conforme me confidenciaram. Além disso, sites e páginas da internet como o “growroom” e o “smoke buddies”, muito acompanhadas por consumidores, estimulavam a prática entre seus seguidores. Ainda assim, a possibilidade de cultivar a maconha envolve riscos e custos financeiros que tornam a prática restrita a uma parcela pequena da população.

Como já informado, algumas regiões do país, sofreram mais com os efeitos da escassez da maconha, o principal exemplo é o nordeste, região abastecida pelo polígono da maconha. Nas redes sociais, muitas pessoas se queixavam sobre como a “seca” da maconha estava afetando a região, o que não só ocasionou aumento no preço mas também fez com que consumidores não conseguissem nem ao menos ter acesso a substância por um período prolongado.

Em alguns estados do nordeste, uma situação incomum ocorreu. Para explicá-la é necessário primeiro falar sobre o polígono da maconha. Segundo Fraga (2019), a região do vale do São Francisco, localizada no nordeste brasileiro é conhecida por concentrar um grande polo de produção nacional e consumo da maconha desde os anos 1970 e 1980. Por essa razão, ficou conhecida como o “polígono da maconha” uma “área que engloba em torno de 13 municípios do sertão dos estados de Pernambuco e Bahia”.

A situação incomum que ocorreu com as “secas da maconha”, na região nordeste, deve-se ao fato de que durante a escassez, vários consumidores começaram a ter acesso ao “prensado” no lugar do “solto”, “soltinho” ou “cabrobó”, apelido que recebe em referência à sua forma ou aos locais de produção ou da aparência” (FRAGA et al, 2017a; 2017b), apesar de, o “polígono” ser o local que abastece a região norte e nordeste com a maconha, enquanto o “prensado” é oriundo do Paraguai, país produtor da planta desde a década de 1960, que abastece a região sul e sudeste do país por meio de facções criminosas como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) (MAXX, 2017).

E quais são os efeitos disso? Acontece que o “soltinho” nordestino é produzido e distribuído de forma muito distinta do “prensado”, o que incide em sua qualidade, aparência, sabor e efeitos psicoativos, que são sentidos de forma mais leve que a versão

escoada para o sul e o sudeste brasileiro. “As plantas não são cultivadas em grandes latifúndios, sendo a produção e a colheita feitas em pequenas propriedades por grupos reduzidos de agricultores” (FRAGA, 2019). Por outro lado, o “prensado” é descrito por Maxx (2017) como uma versão da maconha “quadrada, marrom e fedorenta”, o que possui ligação com a maneira inapropriada através da qual os paraguaios secam, processam, estocam e prensam as flores com a intenção de escoá-la o mais rápido possível, para evitar a apreensão pela polícia.

Ainda segundo Maxx, jornalista que passou quinze dias acompanhando a produção da maconha em um cultivo ilegal no Paraguai no ano de 2017, o prensado apresenta muitos problemas à saúde dos consumidores, alguns deles sendo “a presença de secreções de animais, insetos, urina e fezes de insetos, bactéria e fungos”, e outro, a inexatidão da quantidade de Tetrahidronabiol (THC) presente nas flores prensadas. Esta breve explicação sobre a diferença da produção do “prensado” e do “soltinho” já ajuda a indicar que os consumidores nordestinos são muito prejudicados com a introdução do “prensado” na sua região, mas a falta dele pode ser pior.

Segundo levantamento realizado pelo Centro de Convivência *É de Lei*, com apoio do Grupo de Pesquisas em Toxicologia e do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre psicoativos (LEIPSI), ambos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). As respostas, de mais de 4 mil pessoas entre 18 e 34 anos, ao questionário aplicado entre 30 de abril e 31 de maio, revelou que “52% dos jovens usam substâncias psicoativas para lidar com a pandemia no Brasil”. Outros dados informam que “38,4% das pessoas em quarentena relataram aumento no consumo de drogas, legalizadas ou não. Delas, 34% disseram ter diminuído a frequência de uso e 27% mantiveram os hábitos anteriores à quarentena” (DIAS, 2020).

Em relação à maconha, a pesquisa identificou que o registro da queda do seu uso foi inferior se comparada a outras substâncias psicoativas ilícitas, como o LSD, MDMA e o cogumelo, o que segundo Tófoli, coordenador da pesquisa, está vinculado a “proibição de festas e baladas”. 15,9% dos entrevistados responderam que suspenderam o consumo de maconha, 34,7% continuaram e 2% passaram a utilizá-la (Dias, 2020). Enquanto, em relação às bebidas alcoólicas, 8,5% dos entrevistados não usava e não usou durante a quarentena, 11,3% parou de usar na quarentena, 74,5% continuou a usar na quarentena e 5,7% começou a usar durante a quarentena. Esses dados poderiam ser menos alarmantes, porém, 18% dos entrevistados a uma pesquisa realizada pela

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) disseram ter aumentado o consumo durante a quarentena (DIAS, 2020).

Os próprios consumidores indicavam em suas postagens no *twitter*, que a escassez da maconha acarretaria danos, na medida em que a saúde mental das pessoas foi afetada durante a pandemia, especialmente a das que fizeram o isolamento social, e a falta de maconha as levou a trocar a substância por outras mais nocivas. Por exemplo, uma jovem afirmou que “*a escassez da maconha a obrigava a beber*”, enquanto outros usuários do *twitter* afirmaram que “as pessoas deveriam usar cocaína para substituir a maconha” e que “o índice de usuários de cocaína triplicaria com a escassez da maconha”. Também tinham aqueles que problematizaram o fato de que a maconha estava sendo alvo de apreensões, enquanto substâncias como o loló - uma variação do “lança perfume” formulada com clorofórmio e éter - que deveria ter saído de circulação, permanecia acessível para compra.

Sobre este ponto específico, a pernambucana Ingrid Farias, ativista da Marcha da maconha e pesquisadora da Escola Livre de Redução de Danos afirmou, em entrevista ao “Diário de Pernambuco” sobre a crise de abastecimento da maconha no Recife (BESSA, 2020), afirmou que “a escassez é vista em todo o mercado de varejo mas a classe média dá um jeito e compra”, em contrapartida, “na periferia estão vendendo ritalina e rivotril como alternativa, o que pode ser mais danoso”. Na entrevista, ela também diz acreditar que a escassez da erva tem relação com “uma ação mais articulada da polícia, ou da ponta da segurança pública, muito mais incisiva e violenta”.

Outro ponto abordado por essa matéria de fevereiro de 2020, é que ações como a orquestrada em operação conjunta da Polícia Federal e da Polícia Militar responsável pela incineração de 10.240 pés de maconha no município de Cabrobó no Sertão de Pernambuco, também afetou a vida de pacientes que utilizam a planta com finalidades terapêuticas. Eduardo Dantas presidente da Associação Canábica Medicinal de Pernambuco (Cannape) e pai de uma criança com autismo, explicou que mães que precisam das plantas para tratar os filhos não conseguiam ter acesso a maconha e tiveram que interromper o tratamento. Essas dificuldades afetaram pacientes com epilepsia refratária, ansiedade, depressão, câncer e outras doenças, muitas dessas pessoas pararam de se tratar por não encontrarem a planta no mercado ilegal e por não poderem pagar o valor cobrado pelos medicamentos importados ou pelos vendidos

legalmente no Brasil, como o Mevatyl, que cobra 2.700 reais por três ampolas do medicamento com 10 ml, e o Myalo, que cobra 2.500 reais por um fraco de 30 ml.

Além disso, o valor cobrado pela maconha em circulação aumentou consideravelmente, pois, na medida em que as apreensões e erradicações aumentaram, a demanda subiu e a oferta caiu, o que incidiu no preço, conforme relata Giovani Santoro, chefe da comunicação da Polícia Federal. Essa resposta de Santoro ao Diário de Pernambuco, corroborou a fala de Ingrid Farias, que apontou que na periferia o custo da maconha duplicou, com “o valor do cigarro estabelecido em 30 reais, ao passo que nas áreas nobres o equivalente a 50 gramas custava R\$ 80 ou R\$ 100; hoje se paga R\$ 150 ou mais. Se a qualidade e apresentação da droga for melhor, pode chegar a R\$ 400” (BESSA, 2020).

No centro deste debate, está a discussão sobre a redução de riscos ou danos (RD) para os consumidores de substâncias psicoativas (SPA), lícitas ou ilícitas. A RD é uma importante ferramenta de saúde pública e política de cuidado que é distinta da repressão, por enfatizar a dignidade e os direitos humanos de usuários que optam ou não conseguem se abster do uso de SPA (BESERRA, 2019).

A redução de danos se iniciou na Europa em dois momentos, o primeiro em 1926 na Inglaterra com o Relatório Rolleston, que recomendava a prescrição médica de opiáceos para ajudar os usuários a lidarem com suas vidas de forma produtiva. E o segundo, em 1970, em cidades holandesas que enfrentavam problemas com o compartilhamento de seringas para uso de SPA injetáveis, que acarretavam a proliferação do vírus da hepatite e da imunodeficiência humana (VIH). Já no Brasil, a RD teve início em 1989, em Santos (SP), período em que se desconstruía a lógica manicomial, foi lá que se iniciou a primeira prática de troca de seringas. Apesar da incidência de VIH entre os usuários de SPA injetáveis, o Ministério Público processou judicialmente os coordenadores dessas ações (BESERRA, 2019).

O conflito desencadeado pelo início das práticas de redução de danos, no Brasil, já ajuda a demonstrar a dificuldade de trabalhar com essa perspectiva junto ao poder público, tendência que vem crescendo com o aumento do incentivo às comunidades terapêuticas que, em geral, abordam o problema com ênfase na abstinência e na tutela da pessoa que faz uso abusivo de SPA. A nova Lei de drogas Nº 13.840, que autoriza a internação involuntária de consumidores, implementada pelo atual presidente é um

exemplo de como o poder público compreende o consumo de drogas e lida com a questão do uso abusivo.

Mas afinal, por qual razão essas “secas” ocorreram? Essa foi uma pergunta que muitos consumidores fizeram durante esse período. Alguns consumidores afirmaram que a escassez tinha ligação com as entressafras do cultivo da maconha e que, portanto, tinha a ver com o ciclo natural da planta, enquanto outros discordaram, disseram que na América do Sul, especialmente no Brasil, o clima permite que a planta seja cultivada e colhida ao longo de todo o ano. Também haviam aqueles que afirmavam que o motivo mais plausível era a quantidade de apreensões e a destruição dos plantios, que no ano de 2020, atingiu níveis recordes.

Segundo meu interlocutor, Rodrigo Silva², advogado criminalista de 43 anos, consumidor de maconha há 27 anos e morador da cidade de Juiz de Fora (MG), há anos ele observa que “normalmente a seca acontece entre o final do ano e o carnaval”, o que o levou a, desde 1995, adotar a prática de comprar uma quantidade maior de maconha no final do ano, antes do natal, para estocar e evitar ter que comprar uma erva com qualidade inferior no início do ano. Outro ponto que ele chamou a atenção, foi que sentia que os varejistas de drogas desapareciam nessa época de início de ano, algo que ele imaginava ter relação com a “população flutuante”, já que a quantidade de pessoas na cidade diminuía durante as férias, com o retorno dos alunos das sete universidades locais para suas cidades natais.

Em relação aos *dealers*, os entregadores de maconha que fazem delivery em áreas nobres das cidades, um fato que chamou a atenção dos consumidores foi o aumento nos preços. Na lista de transmissão do *whats app* de alguns desses *dealers* a justificativa para essa mudança no valor foi o aumento do dólar, que influencia diretamente no preço dos produtos utilizados no cultivo da planta, como fertilizantes que, em geral, são importados. Outra razão foi o número de *growers* presos durante o período de isolamento social, uma informação que pude averiguar a veracidade por meio de interlocutores advogados, que inclusive afirmaram que até pessoas que, comprovadamente, cultivavam para fins terapêuticos, chegaram a ser presas.

Empiricamente, no Rio de Janeiro, observei que os traficantes que desenvolvem essa modalidade de venda também se adaptaram à nova realidade de forma criativa. Com a diminuição de automóveis e pessoas nas ruas, a possibilidade de uma abordagem

² Para preservar a identidade desse interlocutor, utilizei um nome fictício.

policial se tornou mais provável e a dinâmica das vendas mudou bastante. Práticas como a entrega da maconha em embalagens de jóias ou outros produtos com notas fiscais falsas, passaram a se tornar comuns durante a pandemia. Em diversas ocasiões, ao buscar uma encomenda, eu e amigos nos deparamos com motos adaptadas para entrega de pizzas, em uma clara tentativa de despistar abordagens policiais. Ainda assim, outros riscos menos previsíveis também ocorriam, como aconteceu com a *dealer* que só realizava entregas com carros do aplicativo “uber” para evitar ser abordada por policiais, mas não pode escapar de um assalto durante uma entrega.

As apreensões da maconha e a destruição de plantios no Brasil

Pandemia e ação policial causam escassez da maconha (DESTAQUE NOTÍCIAS, 2020) - Com preço da maconha nas alturas, apreensões só aumentam na fronteira (FREITAS, 2020) - SENAD destrói centenas de hectares de plantações de maconha (MS EM FOCO, 2020) - Polícia apreende 20 mil pés de maconha durante operação erva maldita (PIRAN, 2020)

Entre fevereiro e março de 2020, o número de matérias sobre apreensões de maconha em estradas e de erradicação de plantios no polígono da maconha tornaram-se comuns e, paralelamente, o número de consumidores insatisfeitos também cresceu. Algo que incidiu sobre a saúde das pessoas que utilizam a erva, tanto para uso adulto/social quanto para uso terapêutico, na medida em que a procura por substâncias psicoativas cresceu durante a pandemia e a maconha acabou sendo substituída por outras substâncias que são mais nocivas e possuem maior poder de adicção do que a maconha.

Para citar um entre os muitos problemas que essa crise de abastecimento pode gerar, para além dos problemas de saúde dos usuários, segundo Gilvan Glibson, ativista que trabalha em uma ONG direcionada ao cuidado de mulheres e crianças, o problema da escassez de maconha está contribuindo para o aumento da violência domésticas (BESSA, 2020), o que pode ter relação com o aumento do consumo de álcool amplificado pelo isolamento social imposto pela pandemia e os problemas financeiros derivados dela.

As notícias sobre a escassez oscilavam entre as que apresentavam as informações com humor baseado na estereotipação dos consumidores; as que apresentavam os dados e traziam falas de especialistas que alertavam para os riscos à

saúde dos consumidores que poderiam adotar hábitos mais arriscados ou a abstinência (que também pode ser prejudicial sem acompanhamento médico); e as que parabenizavam a atuação da polícia e apresentavam dados referentes ao número e crescimento das apreensões comparadas a anos anteriores. Poucas delas traziam dados sobre os consumidores, mas a maioria apontava informações que já eram compartilhadas por eles nas redes sociais, como o aumento no preço da maconha e a diminuição da qualidade.

Seguindo a regra da oferta e da procura, a ausência fez o preço da Cannabis estourar na praça: a “manga rosa” natural é muito difícil de ser encontrada, contudo quem a localiza não compra 50 gramas por menos de R\$ 150. Essa mesma quantidade da “prensada” custa R\$ 180 e é mais fácil de achar na periferia da Grande Aracaju. Para desespero dos malucos belezas, um finório de maconha está sendo vendido por R\$ 10 e isso quando aparece. Pior é que, na maioria das vezes, é “paia”, não faz a cabeça nem de principiante. (DP, 2020)

As notícias que davam maior ênfase ao número das apreensões, sempre destacavam a atuação conjunta entre a polícia civil e militar nas operações e o aprimoramento das investigações e dos serviços de inteligência. Em algumas delas também relacionavam o maior número de apreensão dos “entorpecentes” com a diminuição de outras estatísticas, posicionamento defendido por agentes de segurança pública que relacionavam a quantidade da substância em circulação para a venda com a quantidade de ocorrência de outros crimes, o que fica claro na fala a seguir, de Giovanni Santoro, chefe de comunicação da Polícia Federal de Pernambuco:

Quando ações dessas são feitas, a gente percebe a diminuição da violência porque, com esses pontos abastecidos, há uma tendência natural da violência aumentar porque o tráfico de drogas traz outras ocorrências criminosas, como furto, assaltos, homicídios, gangues para o domínio do território do tráfico, e quando não chega maconha, então a violência também diminui. (PF, 2020)

Apenas no primeiro semestre de 2020, a polícia federal (PF) evitou a produção de 135 toneladas de maconha em Pernambuco, que segundo a própria PF é responsável por 99% da produção brasileira. Matérias descreveram que entre fevereiro e junho, a PF “atacou o problema na raiz, literalmente” ao erradicar 400 mil pés de maconha por meio das operações Muçambê I e II (FÔNSECA, 2020). A quantidade de plantas apreendidas ou erradicadas sempre aparece com destaque nas manchetes das matérias, em muitos

casos, iniciadas com a palavra “recordes”, por exemplo, “Recordes de apreensões de maconha”.

Esses números “recordes” de apreensões demonstram outro elemento importante para análise, que é o capital humano e financeiro investido nessas operações. Em alguns casos, demandam incursões terrestres, aéreas - com uso de aeronaves, satélites, drones, e fluviais, com uso de botes infláveis - conforme informado em algumas matérias amparadas por dados fornecidos pelos próprios órgãos competentes. O trabalho do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), que apenas nos primeiros quinze dias de 2020 foi responsável pela apreensão de quase 4 mil quilos de maconha - número superior ao apreendido no mesmo período do ano anterior (BALLESTERO, 2020) - demonstra que o problema do desabastecimento foi provocado por operações articuladas nas principais regiões responsáveis pelo escoamento da maconha para abastecimento de diferentes regiões brasileiras. No caso do nordeste, abastecido pelo polígono da maconha e, do sudeste, abastecido principalmente pelo Paraguai. Apesar de essa afirmação carecer de um estudo mais aprofundado, várias matérias atribuíram o desabastecimento da maconha, especialmente no nordeste brasileiro, a esses números recordes de apreensões, como as manchetes a seguir demonstram:

Seca de maconha: grande quantidade apreendida causa dificuldade no acesso à droga em Salvador (PN NOTÍCIAS, 2020) / Após grandes apreensões da SSP, Salvador passa por ‘seca de maconha’ (GALVÃO, 2020)/ Às vésperas do Carnaval, usuários reclamam de falta de maconha em Pernambuco. (SANTOS; BRITTO, 2020)

Essas matérias exploraram outros pontos interessantes relacionados as “secas da maconha”. A primeira delas, que também foi tema de outras matérias analisadas, indica que o “problema” do desabastecimento se iniciou ainda em 2019, ano em que o número de apreensões da substância já havia atingindo níveis recordes, em comparação com outros anos, devido ao interesse dos gestores de áreas estratégicas da Segurança Pública. Outros fatores informados corroboram as teorias de alguns consumidores que foram meus interlocutores, são elas a alta demanda das festas de final de ano e o ciclo de cultivo da planta:

Outro fator que estaria causando a “seca de maconha” é o cultivo demorado da erva, que dura cerca de seis meses, atrelado à alta demanda das festas de final de ano. (PN NOTÍCIAS, 2020).

A “seca de maconha”, como é conhecido o período de baixa circulação da droga, é agravada ainda pelo período. Especialistas ouvidos pelo Metrol apontam que o cultivo da erva demora, em média seis meses, e, no inverno, o cultivo fica prejudicado pelas chuvas e baixas temperaturas. As festas de final de ano também “demandam” um volume maior. Nas redes sociais, usuários têm relatado dificuldade no consumo da cannabis. (GALVÃO, 2020).

Uma das notícias abordou teorias menos comentadas, a primeira, atribuía as “secas” do soltinho no nordeste a uma tentativa de inclusão do prensado no mercado nordestino, que como já dito anteriormente, é mais comum em estados do Sudeste brasileiro, algo que a própria matéria considerou muito precoce para ser confirmado. Já a segunda, relacionava a escassez com as mudanças climáticas, que para seus defensores, prejudicava o cultivo, mas, foi refutada pelo agrônomo e geógrafo Sérgio Rocha, presidente da *startup* ADWA Cannabis, da Universidade Federal de Viçosa (MG) que afirmou que “O Brasil é um país excelente para o cultivo da maconha. O que está acontecendo, pelo que tenho lido, é uma repressão maior da polícia ao mercado ilegal” (SANTOS; BRITTO, 2020). Ainda em relação as safras e entressafras, um cultivador clandestino entrevistado de forma anônima esclareceu que elas foram reajustadas por conta da repressão e utilização de equipamentos tecnológicos pela polícia, como os drones e satélites:

Para driblar a vigilância, muitos produtores esperam até a época da chuva para camuflar a plantação com a vegetação da região. Na época de seca, ficaria mais exposta. Dessa forma, os períodos das safras e entressafras podem ter sido alterados no último ano, depois que a repressão e monitoramento também aumentaram. Outro fator apontado pelo agricultor é intensificação de conflitos motivados por questões políticas e religiosas. Para ele, isso é reflexo do contexto político, com Bolsonaro e a oposição declarada ao cultivo de maconha até para fins medicinais. (SANTOS; BRITTO, 2020)

Por meio da análise de algumas matérias, também foi possível perceber que as apreensões serviram não só para enaltecer o trabalho coordenado entre os órgãos policiais da União e dos estados, mas também de figuras políticas que tentaram se capitalizar politicamente em torno das apreensões. A principal dessas figuras foi o então Ministro da Justiça à época, o ex juiz Sérgio Moro, que em janeiro comemorou em seu *twitter* as 3,4 mil toneladas maconha que foram erradicadas no Paraguai na “Operação Aliança” uma ação conjunta entre Brasil e o país vizinho. O que foi muito criticado por outros internautas que questionaram a sua nova atuação como o “juiz do combate às

drogas” que abandonou o “Combate à corrupção” (TEODORO, 2020), slogan que lhe rendeu fama e visibilidade ao atuar na “Operação Lava Jato”.

Apesar de, como já informado, muitas matérias terem ressaltado os “números recordes de apreensões erradicações de cultivo”, é importante destacar que essas ações coordenadas com o objetivo de reduzir a produção e a oferta, não são uma novidade no Brasil.

A conclusão geral de uma pesquisa (FRAGA et al, 2015) em fontes jornalísticas - datadas entre setembro de 2008 e 21 de dezembro de 2012 - que relacionou dados como o número de pés erradicados pela polícia federal e estadual na região do Vale do São Francisco, assim como, a frequência de matérias sobre essas operações, foi que apesar de toda a repressão nas décadas analisadas: “o cultivo no sertão nordestino não arrefeceu, as quadrilhas conseguem se reorganizar e apesar das perdas financeiras que representam as erradicações de pés da planta, o cultivo cresceu nos analisados”. O que coloca em dúvida “a eficiência desse tipo de iniciativa como forma de combate ao cultivo da cannabis”, que poderia obter resultados efetivos caso o governo brasileiro implementasse iniciativas voltadas aos pequenos agricultores locais, tais como a produção de outras culturas agrícolas legais e a reforma agrária.

A venda legal da maconha durante a pandemia no exterior

No dia 1º de janeiro de 2020, Illinois, um dos estados estadunidense, regulamentou a venda da maconha para uso adulto com a intenção de enfraquecer o mercado ilegal das drogas, “diminuir a violência, o encarceramento, direcionar receitas tributárias para comunidades historicamente impactadas pelo proibicionismo, gerar empregos e investir em infraestrutura e capacitação profissional” (PRADO, 2020). De acordo com uma matéria de janeiro, foi informado pelo “Departamento de Regulação Financeira e Profissional de Illinois, que em um dia de vendas foram registradas mais de US\$ 3,1 milhões, e um total de 77 mil transações” e em nove dias, “o estado vendeu cerca de US\$ 11 milhões e algumas lojas chegaram a ficar sem estoque” (G1 REDAÇÃO, 2020).

De acordo com uma matéria de janeiro, do site de notícias G1, foi informado pelo “Departamento de Regulação Financeira e Profissional de Illinois, que em um dia

de vendas foram registradas mais de US\$ 3,1 milhões, e um total de 77 mil transações” e em nove dias, “o estado vendeu cerca de US\$ 11 milhões e algumas lojas chegaram a ficar sem estoque” (G1 REDAÇÃO, 2020). Valor cuja parte da receita arrecadada será direcionado para investimento de políticas públicas em comunidades pobres e historicamente discriminadas (PRADO, 2020).

Durante o isolamento social imposto pela pandemia, ao contrário do que ocorre no Brasil, países do exterior que já regulamentaram a maconha, passaram a considerá-la um item “essencial”, como a venda de produtos em farmácias e supermercados, o que permitiu a sua venda em dispensários sob condições de segurança que variavam de local para local. Em outras palavras, isso significava que a maconha foi igualada a produtos como pão, papel higiênico e remédios, uma vez que a sua venda, principalmente, para fins terapêuticos, permaneceu mesmo durante a pandemia, apesar da restrição de vários setores do comércio (DIAS, 2020). O que indica a importância que o governo de vários países depositou na maconha mesmo em uma situação excepcional como a da pandemia.

Ainda assim, cada país em que a maconha era regulamentada teve uma experiência diferente durante os primeiros meses da pandemia, por exemplo, na Califórnia, houve um aumento de mais de 150% nas vendas, na Holanda, as lojas foram fechadas em um primeiro momento para evitar aglomerações nos *coffee shops* mas reabriram em seguida por medo do tráfico, já o Líbano, devido as dívidas, regulamentou o cultivo da planta no país para aquecer a economia do país (DIAS, 2020).

Desde o início da pandemia, muitas matérias destacaram os recordes de vendas da maconha nos países em que ela foi legalizada, que dobraram em relação aos meses anteriores, e muitas suposições também foram levantadas para explicar as razões que levaram ao aumento do consumo da erva durante a pandemia, entre elas, o aumento da ansiedade e o fechamento de bares e espaços de lazer e sociabilização (MARTIN, 2020).

Contudo, muitas cidades enfrentaram a escassez da erva mesmo sob essas condições, o que levou muitos consumidores a enfrentarem longas filas para comprar e estocar a maconha vendida legalmente, enquanto em alguns locais, a venda por *delivery* foi adotada para evitar aglomerações e o maior risco de contágio entre as pessoas. O número de pessoas que recorreram à compra na *deep web* ou que passaram a comprar com vendedores que fazem *delivery* clandestino de maconha, aumentou.

Segundo matéria do jornal *Health Europa*, traduzida pelo portal de notícias “Sechat”, especializado em notícias sobre a Cannabis, trazia informações sobre um relatório do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), que concluía que o Covid-19 e as medidas de bloqueio impulsionaram os consumidores a estocar maconha. O que ajudou a explicar o aumento nas vendas de maconha em três mercados de drogas da *deepweb* que observaram entre janeiro a março de 2020. O número recorde de vendas de maconha durante a pandemia também deu destaque a outro ponto relacionado a este tema, o fato de que a venda deste produto, que por tantos anos foi mantido na ilegalidade nesses países, é um mercado que se mantém “à prova de recessão e da crise global” enquanto outras áreas foram muito afetadas negativamente (DECARCEER, 2020).

A imposição do isolamento social recaiu principalmente sobre o padrão de consumo, algo que muitas matérias associaram a ansiedade provocada pela pandemia, a diminuição do consumo de substâncias estimulantes “sociais” e a preferência por hábitos mais saudáveis, o que inclusive levou muitos consumidores a usarem a maconha pela via oral (alimentos e bebidas infundidas com canabinoides) para evitarem fumar a maconha, uma vez que o Sars-CoV-2 é uma doença que atinge as vias aéreas. Na Europa, muitos consumidores deixaram de usar substâncias como álcool, cocaína e MDMA, associados ao lazer e atividades sociais, e as trocaram pela maconha e benzodiazepínicos (substâncias com efeito analgésico ou sedativo) pois ajudam a controlar a sensação de estresse. Segundo algumas matérias, os traficantes também se adaptaram a essa realidade pandêmica por meio das vendas virtuais, especialmente na Europa. Assim como os consumidores passaram a comprar em maior quantidade para estocar a maconha e evitar muita exposição e o risco de contágio da doença (PEIRÓ, 2020).

Conclusão

A investigação apresentada se debruçou sobre a narrativa de consumidores de maconha que se sentiram afetados pela escassez da erva no período analisado; sobre o conteúdo das matérias que foram produzidas sobre este fenômeno, no Brasil; e sobre as vendas dessa substância nos países em que ela já é regulamentada. O que revelou que, enquanto no Brasil, os destaques nas manchetes eram sobre os recordes de apreensões

de maconha e erradicações de cultivo, as matérias sobre os países onde a planta é regulamentada, ressaltavam os recordes nas vendas da erva para consumo.

Tanto a perspectiva dos consumidores brasileiros quanto à expressa nas falas de especialistas em algumas matérias, demonstraram que, no que tange ao consumo de substâncias psicoativas, o governo brasileiro privilegia a segurança pública e aborda a questão por uma ótica repressiva, o que incide de forma negativa na saúde dos consumidores brasileiros. Essa situação se tornou mais evidente e problemática durante o período que englobou os primeiros meses da pandemia do Sars-CoV-2, momento que foi propício para o adoecimento mental com o aumento do estresse e dos níveis de ansiedade provocados pelo isolamento social. Essa situação acabou fomentando a utilização de substâncias psicoativas e, na falta de maconha, os consumidores tiveram que recorrer ao uso de substâncias mais nocivas à saúde, justamente em um momento em que o cuidado com a saúde deveria ser prioridade.

Por outro lado, nos países em que a planta já é regulamentada, observou-se o contrário. Governos como o de alguns estados estadunidenses e de alguns países da Europa, passaram a considerar a maconha um item essencial de consumo, por isso, dispensários e *coffe shops* mantiveram-se abertos, tanto pela preocupação com a manutenção do tratamento de pacientes, quanto pelo temor de que o narcotráfico se fortalecesse durante o período, uma vez que a demanda pelo produto aumentou.

Esse paralelo entre o aumento das operações para apreensões de maconha e erradicações de plantios com a venda regulamentada em outros países, ajuda a demonstrar como as dinâmicas criminais e suas relações com os agentes estatais impactam a vida de consumidores que utilizam a maconha, no Brasil. Especialmente em um contexto de grande preocupação com a saúde pública e a necessidade de isolamento social, situação que gera tensão e pode provocar problemas psíquicos. As diretrizes da atual política de drogas afetam negativamente a saúde de grupos, o que agrava a crise gerada pela pandemia do covid-19, e pode ou não indicar um incremento na desigualdade social. Especialmente quando se observa que existem usuários que, mesmo em tempos de crise que afetam a economia, podem pagar mais caro por uma substância ilícita de melhor qualidade, enquanto os que não podem, ficam restritos as opções de baixa qualidade que o mercado ilegal oferece por preços mais acessíveis.

Essas interações entre atores - usuários, comerciantes e agentes estatais - situadas ao longo da cadeia produtiva e do consumo de substâncias psicoativas, políticas

públicas e sistema de saúde ajuda a perceber um tema pouco explorado em relação a lei 11.343/2006, que é a saúde do consumidor de drogas pertencente a classes sociais menos abastadas. O que ficou evidente durante todo o artigo, a saúde dos usuários está sendo impactada pela repressão ao narcotráfico e, ao contrário do que é enfatizado pelos agentes de segurança pública em suas entrevistas aos jornais, a escassez da maconha pode ter contribuído para o aumento de crimes como a violência contra a mulher. Entre as explicações mais plausíveis para essa relação é o aumento do consumo de álcool durante a pandemia, no Brasil, enquanto, nos países em que a maconha foi regulamentada o consumo de álcool diminuiu e o de maconha aumentou.

Nesse sentido, este artigo verificou que, no Brasil, durante o isolamento social imposto pela pandemia, a atual Lei de drogas brasileira, que já é criticada pelo hipercarceramento de pessoas vulnerabilizadas e o encaminhamento de usuários para tratamentos (CAMPOS, 2019), também é uma inimiga da saúde pública, especialmente em contextos de crises sanitárias como a que está sendo experimentada mundialmente no ano de 2020. Por outro lado, os países em que a erva é regulamentada, ensinam que a maconha deve ser compreendida como uma importante aliada de políticas públicas voltadas a saúde pública.

Referências Bibliográficas

BESERRA, F. Redução de danos em festas no Brasil: panorama e a experiência do projeto Brisa. In: Plantios Ilícitos na América Latina/ Organização Paulo Fraga - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CAMPOS, M. A Lei de Drogas e o Parlamento Brasileiro. In: Drogas e sociedade: estudos comparados Brasil e Portugal / organização Paulo Fraga, Maria Carmo Carvalho. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

FRAGA, P. A Economia do plantio extensivo de *cannabis* no Brasil e as estratégias de repressão. In: Drogas e sociedade: estudos comparados Brasil e Portugal / organização Paulo Fraga, Maria Carmo Carvalho. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

_____; LULIANELLI, J. Plantios ilícitos de ‘cannabis’ no Brasil: Desigualdades, alternativa de renda e cultivo de compensação. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2011 - pp. 11-39

_____. CUNHA, S; CARVALHO, L. Políticas de repressão e erradicações de plantios de Cannabis no nordeste brasileiro. In: Plantios Ilícitos na América Latina/ Organização Paulo Fraga - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

GRILLO, C. (2008a), Fazendo o Doze na Pista: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. Dissertação de mestrado, PPGSA/IFCS/UFRJ.

PRADO, M. “As bocas de fumo devem ser tombadas”: O que significa reparação histórica para quem trabalha no narcotráfico? *Platô: Drogas e Políticas*, v. 4, n. 4, p. 39-62, out. 2020.

VERÍSSIMO, M. Maconheiros, fumons e growers: um estudo comparativo do consumo e do cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

Links das Matérias Citadas:

BALLESTERO, B. (2020). DOF bate recorde de apreensões de maconha, cigarros e agrotóxicos na primeira quinzena de 2020. <https://www.novanews.com.br/noticias/policial/dof-bate-recorde-de-apreensoes-de-maconha-cigarros-e-agrotoxicos-na-primeira-quinzena-de-2020> Consultado em 08/11/2020

BESSA, S. (2020). Crise de abastecimento de maconha no Recife. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/02/crise-de-abastecimento-de-maconha-no-recife.html> Consultado em 08/11/2020

CBN Redação. (2020). Apreensões de maconha crescem 600% em abril no Paraná. <https://cbncuritiba.com/apreensoes-de-maconha-crescem-600-em-abril-no-parana/> Consultado em 08/11/2020

DP Redação. (2020). PF erradica 367 mil pés de maconha e evita 122 toneladas da droga no sertão nordestino. <https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/pf-erradica-367-mil-pes-de-maconha-e-evita-122-toneladas-da-droga-no-sertao-nordestino>. Consultado em 08/11/2020

DECARCER. A. (2020). Mercado à prova de crise? Aumenta demanda europeia por Cannabis em meio à pandemia. <https://sechat.com.br/mercado-a-prova-de-crise-aumenta-demanda-europeia-por-cannabis-em-meio-a-pandemia/> Consultado em 08/11/2020

DESTAQUE Redação. (2020). Pandemia e ação policial causam escassez da maconha. <https://www.destaquenoticias.com.br/maconha-esta-cara-e-escassa/> Consultado em 08/11/2020

DIAS, T. (2020). Por que a cannabis tem sido considerada item essencial durante pandemia. <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/17/cannabis-e-item-essencial-na-pandemia---inclusive-para-4-mil-brasileiros.htm> Consultado em 08/11/2020

DIAS, T. (2020). 52% dos jovens usam substâncias psicoativas para lidar com a pandemia no Brasil. <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/06/52-usam-psycoativos-para-lidar-com-a-pandemia-no-brasil-diz-estudo.htm>. Consultado em 08/11/2020

FÔNSECA, C. (2020). Com erradicações, Polícia Federal evita produção de 135 toneladas de maconha em Pernambuco só em 2020. <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2020/06/5612060-com-erradicacoes--policia-federal- evita-producao-de-135-toneladas-em-pernambuco-so-em-2020.html> Consultado em 08/11/2020

FREITAS, H. (2020). Com preço da maconha nas alturas, apreensões só aumentam na fronteira. <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/com-preco-da-maconha-nas-alturas-apreensoes-so-aumentam-na-fronteira> Consultado em 08/11/2020

G1 Redação. (2020). Após legalização da maconha recreativa em Illinois, consumidores passam 12h na fila: Estado é o 11º a legalizar o uso recreativo da maconha nos Estados Unidos. <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/09/apos-legalizacao-da-maconha-recreativa-em-illinois-consumidores-passam-12h-na-fila.ghtml> Consultado em 08/11/2020

GALVÃO, A. (2020). Após grandes apreensões da SSP, Salvador passa por ‘seca de maconha’. <https://www.metro1.com.br/noticias/bahia/86195,apos-grandes-apreensoes-da-ssp-salvador-passa-por-seca-de-maconha> Consultado em 08/11/2020

MARTIN, N. (2020). Pandemia de coronavírus impulsiona mercado de maconha. <https://www.dw.com/pt-br/pandemia-de-coronav%C3%ADrus-impulsiona-mercado-de-maconha/a-53329620> Consultado em 08/11/2020

MAXX, M. (2017). Destrinchando a maconha paraguaia. Agência Pública: <https://apublica.org/2017/08/destrinchando-a-maconha-paraguaia/> Consultado em 08/11/2020

MS EM FOCO Redação. (2020). SENAD destrói centenas de hectares de plantações de maconha. <https://www.msemfoco.com.br/noticias/fronteira/senad-destroi-centenas-de-hectares-de-plantacoes-de-maconha/195367/> Consultado em 08/11/2020

PEIRÓ, P. (2020). Menos cocaína e mais maconha, como mudou o consumo de drogas durante a pandemia. <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-28/menos-cocaina-e-mais-maconha-como-mudou-o-consumo-de-drogas-durante-a-pandemia.html> Consultado em 08/11/2020

PF Redação. (2020). Operação erradica 5.800 pés de maconha e acha outros 550 kg da droga no Sertão de Pernambuco <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2020/05/27/operacao-erradica-5800-pes-de-maconha-e-acha-outros-550-kg-da-droga-no-sertao-de-pernambuco-189188> Consultado em 08/11/2020

PF Redação. (2020). PF promove a erradicação de 1.18 milhões pés de maconha e evita a produção de 393 toneladas da droga. <http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2019/12/pf-promove-a-erradicacao-de-1-18-milhoes-pes-de-maconha-e-evita-a-producao-de-393-toneladas-da-droga> Consultado em 08/11/2020

PIRAN, A. (2020). Polícia apreende 20 mil pés de maconha durante operação erva maldita. <http://www.folhadoprogresso.com.br/policia-apreende-20-mil-pes-de-maconha-durante-operacao-erva-maldita/> Consultado em 08/11/2020

PN Redação. (2020). “Seca de maconha”: grande quantidade apreendida causa dificuldade no acesso à droga em Salvador. <https://www.pnoticias.com.br/noticia/policia/232755-seca-de-maconha-grande-quantidade-apreendida-causa-dificuldade-no-acesso-a-droga-em-salvador> Consultado em 08/11/2020